26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 10 – Informação e Memória

CONTRA A TEMPESTADE DO PROGRESSO: EXPERIÊNCIA, MEMÓRIA E TRADIÇÃO EM WALTER BENJAMIN

AGAINST THE STORM OF PROGRESS: *EXPERIENCE, MEMORY, AND TRADITION IN WALTER BENJAMIN*

Fabrício José Nascimento da Silveira – Universidade Federal de Minas Gerais /(UFMG)
Victor Alexandre Garcia Pires – Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro /(CEDERJ)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O presente trabalho recupera a crítica de Walter Benjamin à modernidade e à ideologia do progresso, articulada à imagem do *Angelus Novus*, com o objetivo de discutir como as categorias "reminiscência", "memória" e "rememoração" ajudam a fundamentar uma reflexão crítica sobre a importância da memória social na contemporaneidade. Metodologicamente, realiza-se um estudo bibliográfico fundamentado na análise teórico-conceitual dos ensaios *Sobre o conceito de história*, *Experiência e pobreza* e *O narrador*, além de sua fortuna crítica. Os resultados indicam que a aceleração técnica, o capitalismo e o excesso de informação promovem o declínio da experiência coletiva compartilhada (*Erfahrung*) em favor da vivência individual isolada (*Erlebnis*). Conclui-se que as formulações benjaminianas suscitam um trabalho crítico de reabilitação da "tradição dos vencidos", qualificando os usos políticos do passado como estratégia de resistência à "tempestade do progresso" e recurso para evidenciar experiências silenciadas pela história oficial.
Palavras-chave: Walter Benjamin; memória; experiência; tradição; crítica à modernidade.

Abstract: This paper revisits Walter Benjamin's critique of modernity and the ideology of progress, articulated through the image of the *Angelus Novus*, aiming to discuss how the categories of "reminiscence", "memory", and "remembrance" help ground a critical reflection on the importance of social memory in contemporary times. Methodologically, it carries out a bibliographical study grounded in the theoretical-conceptual analysis of the essays *Sobre o conceito de história*, *Experiência e pobreza* e *O narrador,* as well as their critical reception. The results indicate that technical acceleration, capitalism, and the excess of information promote the decline of shared collective experience (Erfahrung) in favor of isolated individual lived experience (Erlebnis). The paper concludes that Benjamin's formulations call forth a critical labor of rehabilitation the "tradition of the oppressed," qualifying the political uses of the past as a strategy of resistance to the "storm of progress" and as a resource for bringing to light experiences silenced by official history.
Keywords: Walter Benjamin; memory; experience; tradition; critique of modernity.

1 INTRODUÇÃO

> Existe um quadro de Klee intitulado "Angelus Novus". Nele está representado um anjo, que parece estar a ponto de afastar-se de algo em que crava o seu olhar. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão estiradas. O anjo da história tem de parecer assim. Ele tem seu rosto voltado para o passado. Onde uma cadeia de eventos aparece diante de nós, ele enxerga uma única catástrofe, que sem cessar amontoa escombros sobre escombros e os arremessa a seus pés. Ele bem que gostaria de demorar-se, de despertar os mortos e juntar os destroços. Mas do paraíso sopra uma tempestade que se emaranhou em suas asas e é tão forte que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas, enquanto o amontoado de escombros diante dele cresce até o céu. O que nós chamamos de progresso é essa tempestade (Benjamin, 1994, p. 226).

Ao mobilizar a figura do *Angelus Novus* em sua nona tese Sobre o conceito de história, Walter Benjamin condensa de forma admirável sua crítica à modernidade, à ideologia do progresso e ao regime temporal que reorganiza as vivências contemporâneas. Com o rosto voltado para o passado e impelido para o futuro por uma tempestade irresistível, o anjo da história contempla não uma cadeia ordenada de eventos, mas "[...] uma única catástrofe, que sem cessar amontoa escombros sobre escombros" (Benjamin, 1994, p. 226) e os lança a seus pés. Ele gostaria de parar, cuidar das feridas das vítimas esmagadas sob os escombros amontoados, "[...] mas a tempestade o leva inexoravelmente a repetição do passado: novas catástrofes, novas hecatombes, cada vez mais amplas e destruidoras" (Löwy, 2005, p. 90). Mais que uma metáfora, essas formulações podem ser lidas como o núcleo de uma filosofia da história que se ergue contra as ilusões evolucionistas e contra toda representação apaziguadora do tempo histórico.

Dessa forma, a crítica ao progresso inscrita na tese IX não diz respeito apenas ao domínio propriamente historiográfico, posto tensionar, também, a transformação das artes, da experiência urbana e das formas de trabalho, o declínio da narrativa, a privatização da vida e a crise da memória social[1] instaurada a partir da primeira metade do século XX. Assim, a tempestade do progresso não designa somente uma compreensão equivocada acerca da história, mas uma conjuntura civilizatória na qual a técnica, o capitalismo, a mercantilização e a aceleração temporal produzem um mundo em que o passado perde sua força de interpelação e os sujeitos tornam-se cada vez menos capazes de compartilhar experiências.

É exatamente nesse ponto que os ensaios Experiência e pobreza (1933) e O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov (1936) passam a nos interessar. Neles, Benjamin problematiza o enfraquecimento das condições materiais e simbólicas que permitiam o intercâmbio de experiências, a sedimentação de saberes práticos e a continuidade de uma tradição compartilhada. Conforme indicado por Jeanne Marie Gagnebin (1994), a crítica cultural benjaminiana parte da percepção de que o desaparecimento da arte de contar histórias está relacionada ao declínio de "[...] uma tradição e de uma memória comuns, que garantiriam a existência de uma experiência coletiva, ligada a um trabalho e um tempo partilhados, em um mesmo universo de práticas e de linguagem" (Gagnebin, 1994, p. 11).

Dada a relevância das teses benjaminianas para os estudos em memória e informação, o presente trabalho objetiva retomar as críticas que o filósofo dirige à noção de progresso e discutir como três noções de memória presentes em sua obra — a reminiscência, a memória propriamente dita e a rememoração — podem nos ajudar a repensar, no tempo presente, a importância da memória social e das experiências partilhadas.

[1] Julgamos importante ressaltar que, embora o presente trabalho utilize a expressão "memória social", Walter Benjamin não menciona esse termo, da mesma forma que não emprega o conceito "memória coletiva" em sua obra. Essas formulações foram historicamente desenvolvidas por contemporâneos do autor, notadamente o sociólogo francês Maurice Halbwachs, que cunhou *mémoire collective* em 1925, e o historiador da arte Aby Warburg, que empregou *soziales Gedächtnis* ("memória social"). Conforme discutido ao longo do texto, Benjamin aborda a dimensão coletiva e política do lembrar por meio de um vocabulário filosófico próprio, estruturado a partir das seguintes categorias: *Gedächtnis* (a faculdade geral da memória fraturada pela Modernidade); *Erinnerung* (a reminiscência voluntária e individual, associada à vivência isolada ou *Erlebnis*); *Eingedenken* (a rememoração ou lembrança ativa, compreendida como um ato ético-político de elaboração da "tradição dos vencidos"); e *Andenken* (a recordação vinculada à preservação da experiência coletiva partilhada ou *Erfahrung*).

Trata-se de um estudo bibliográfico, teórico e qualitativo centrado na obra de Walter Benjamin. O corpus primário integra os ensaios Sobre o conceito de história, Experiência e pobreza e O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov, interpretados a partir da fortuna crítica produzida por autores como Jeanne Marie Gagnebin, Olgária Matos, Sérgio Paulo Rouanet, Luciano Gatti e Ecléa Bosi. O procedimento analítico examina criticamente como as categorias benjaminianas de reminiscência, memória e rememoração iluminam a memória social contemporânea. Para isso, coloca em discussão a objeção do autor à modernidade e ao progresso, simbolizada pela figura do *Angelus Novus*. Com esse intuito, a abordagem adota uma postura metodológica "a contrapelo" que, ao rejeitar o viés nostálgico para resgatar os silenciamentos da tradição, busca conectar o diagnóstico sobre o declínio da experiência coletiva (*Erfahrung*) à mobilização da 'tradição dos vencidos' como instrumento de resistência política e vetor interpretativo do presente.

Não se trata, contudo, de fazer um elogio nostálgico ao passado. Pelo contrário, a crítica benjaminiana exige uma atitude mais desconfiada no sentido de arrancar da tradição aquilo que nela permaneceu inacabado, silenciado ou vencido.

2 A CRÍTICA BENJAMINIANA À NOÇÃO DE PROGRESSO

Dentre as maiores contribuições de Walter Benjamin ao pensamento do século XX encontra-se a recusa de tomar a história como marcha progressiva da humanidade. Contra o historicismo complacente e contra as versões social-democratas de um futuro assegurado, ele insiste que a história não deve ser lida a partir do ponto de vista dos vencedores nem segundo a gramática da acumulação capitalista. Deslocamento que pressupõe, antes de tudo, efetuar uma crítica à temporalidade moderna, posto que as vertentes burguesa e progressista da historiografia, ao imaginarem o tempo como fluxo homogêneo e vazio, dificultam a percepção daquilo que Benjamin coloca no centro de sua reflexão: a descontinuidade, o choque e o caráter não reconciliado do passado.

Ao fazer isso, no lugar de uma série linear de fatos que conduziriam a estágios superiores de civilização, o filósofo identifica uma sucessão de ruínas. Não por acaso, Marcelo Pereira (2006, p. 98-99) afirma que, para Benjamin, a catástrofe é "[...] a imagem que melhor

caracteriza o progresso [...] e a que melhor caracteriza a modernidade", precisamente porque condensa a vivência do choque e acena para o fim das tradições.

Por consequência, a crítica benjaminiana do progresso é indissociável de uma crítica da ideologia. Para ele, o progresso funciona como uma palavra de pacificação que mascara os custos humanos da civilização, transformando o sofrimento em preço necessário aos avanços alcançados no presente. Ao se opor a essas operações, Benjamin propõe "[...] escovar a história a contrapelo" (Benjamin, 1994, p. 225). Ou seja, romper com as narrativas triunfantes, fazendo emergir a catástrofe que elas recalcam, além de restituir visibilidade à tradição dos oprimidos. Isso implica, segundo Sybil Douek (2003, p. 79), "desviar-se, distanciar-se, desconfiar, duvidar da cultura triunfante e da história oficial" a fim de elaborar uma contra-história, uma história na contramão, "[...] uma história não contada, não dita, das falhas e das lacunas" (Douek, 2003, p. 79).

Para Benjamin, a noção de progresso também se mostra inadequada porque transfere para o futuro o princípio de inteligibilidade do presente: tudo deve valer enquanto promessa de algo melhor. Disso deriva duplo empobrecimento: o passado perde sua força de exigência e o presente perde sua densidade. Se o que importa é apenas a etapa seguinte, então a memória tende a tornar-se mero vestígio, enquanto a experiência converte-se em obstáculo à adaptação. Não é ingenuamente, pois, que Walter Benjamin associa a modernidade a uma lógica de destruição dos rastros e de enfraquecimento das dinâmicas de interação entre gerações.

Existe uma dimensão ética nessa recusa do progresso que devemos sublinhar. Ao imaginar que o futuro resolverá, por sua própria dinâmica, as contradições do presente, a ideologia progressista diminui a responsabilidade dos vivos em relação aos mortos. Com isso, as catástrofes tornam-se custos necessários e a exigência de justiça é substituída por uma espécie de fé processual. Mas Walter Benjamin entende que o passado não é algo definitivamente encerrado. Para ele, enquanto houver presente, permanece aberta a possibilidade de uma redenção profana dos vencidos. Como resultado, a história deixa de ser a contemplação passiva do que venceu e se converte em campo de obrigações e de disputas não cumpridas.

É exatamente nesse ponto que a crítica benjaminiana ao historicismo se faz mais clara. Segundo o filósofo, o historicismo pretende reconstituir o passado como ele realmente foi, mas

o faz muitas vezes por identificação com os vencedores e por submissão às narrativas que eles estabeleceram. Ao contrário, Benjamin não procura uma imagem eterna do passado, seu gesto consiste em arrancar o acontecido de sua integração pacificada em uma narrativa dominante. Razão pela qual as “imagens dialéticas”, o “lampejo” e a “interrupção” são categorias tão importantes em seu pensamento: elas visam romper o “feitiço da continuidade” e reiterar que a história não se esclarece quando a linha do tempo é prolongada, mas quando se apreende, em um instante de perigo, aquilo que nela permaneceu não cumprido.

É importante notar que essa crítica não se limita ao campo das ideias, uma vez que Benjamin a formula a partir de fenômenos históricos concretos: a produção em série e a fragmentação do trabalho que rompem o elo entre o sujeito e a obra de suas mãos; a vida na metrópole, que transforma o convívio em existência anônima; a emergência do romance e da informação jornalística, que deslocam a relação entre narrativa, recepção e temporalidade. O progresso não é, então, um conceito abstrato, mas o nome ideológico de um conjunto de processos que desagregam as formas tradicionais de vida comum.

Com razão, a guerra fornece a esse diagnóstico seu emblema mais terrível. Se o século XIX acreditou no aperfeiçoamento contínuo pela técnica, a Primeira Guerra Mundial mostrou que o desenvolvimento tecnológico podia caminhar lado a lado com o obscurantismo humano. Diante dessa constatação, Walter Benjamin percebeu no pós-guerra não apenas a destruição material, mas o colapso de uma esperança civilizatória. Para ele, longe de viabilizar o fortalecimento da experiência, a técnica impôs novas catástrofes e a miséria, por isso a imagem do anjo empurrado para frente enquanto contempla ruínas permanece tão atual.

Contudo, é preciso esclarecer que, ao recusar o progresso, o filósofo não propõe uma simples inversão da marcha, como se bastasse retornar a um passado inalterado. Para ele, o passado só se mostra historicamente fecundo quando é relido sob a urgência do presente. A partir desse ponto, a crítica benjaminiana ao progresso inaugura uma concepção revolucionária da história, pela qual o presente deixa de figurar como o último elo de uma cadeia linear de eventos. Ele se transforma no ponto de inflexão definitivo para o destino dos vencidos, determinando se os mortos serão esquecidos para sempre ou se ainda poderão ser ouvidos.

3 A TEMPESTADE DO PROGRESSO E O DECLÍNIO DA EXPERIÊNCIA NA MODERNIDADE

Se a nona tese pode ser lida como o emblema da crítica de Benjamin ao progresso, os ensaios *Experiência e pobreza* e *O narrador* revelam como essa mesma objeção se manifesta no tecido da vida ordinária. Neles, o filósofo parte do diagnóstico de que, na modernidade, "[...] as ações da experiência estão em baixa" (Benjamin, 1994, p. 114), para atestar que o vivido já não se converte facilmente em experiência compartilhável.

O marco desencadeador desse processo é a Primeira Guerra Mundial. A vivência de uma guerra industrial e massificada produziu um excesso de horror que não se deixava narrar, o que fez com que os combatentes voltassem do front "[...] mais pobres em experiências comunicáveis" (Benjamin, 1994, p. 115). Assim, a guerra revelou que o progresso técnico podia destruir até mesmo as condições sob as quais a experiência se torna socialmente formadora.

Contudo, a tempestade do progresso não se manifesta apenas na guerra, ela atravessa e organiza múltiplas instâncias do mundo moderno. Em *Experiência e pobreza*, Walter Benjamin identifica uma nova forma de miséria: a submissão do humano a um regime técnico que acelera o ritmo da vida, fragmenta as práticas sociais e multiplica os estímulos estéticos. Em sua obra, o capitalismo industrial constitui a moldura decisiva dessa transformação, posto que a subdivisão do trabalho, a serialização da produção, a disciplina fabril e a lógica do consumo sufocam o aprendizado transmitido de mestre a aprendiz, pois, como aponta Olgária Matos (2006, p. 1132), "[...] o modo de produção de mercadorias e o apelo ao consumo não preveem repouso ou contemplação". Dessa forma, a experiência, que para Benjamin supõe duração, sedimentação e partilha, encontra um obstáculo estrutural: o trabalhador já não reconhece no objeto produzido a continuidade de seu próprio gesto, visto que o tempo social passa a se organizar segundo a urgência da circulação.

Já no plano da vida urbana, esse empobrecimento assume a forma da vivência do choque[2], visto que a metrópole expõe o indivíduo a uma sucessão descontínua de impressões fortes, exigindo dele uma atenção defensiva permanente. Ao analisar esse fenômeno

[2] Embora Benjamin desenvolva de maneira mais detalhada o conceito de 'vivência do choque' nos textos dedicados a Baudelaire, ele já é problematizado no ensaio sobre *O narrador*, no qual o filósofo defende que, em oposição à experiência, o sujeito moderno erigiu um modo de vida amparado pela vivência (*Erlebnis*), uma dinâmica baseada em uma ideia de privacidade e solidão que, embora não prescinda do contato, não encontra ressonância nos referenciais simbólicos estruturados socialmente.

identificado por Benjamin, Sérgio Paulo Rouanet (2008, p. 46) observa que o sujeito citadino precisa aguçar sua atenção "[...] a fim de afastar as ameaças múltiplas a que está sujeito enquanto passante". O resultado é uma percepção marcadamente refratária ao adensamento do vivido. Assim, o presente deixa de convergir com o passado e a memória perde a capacidade de elaborar a experiência.

Essa passagem da experiência à vivência é central nas formulações benjaminianas. Enquanto a *Erfahrung* (experiência) vincula-se a um saber acumulado, transmissível e inserido em uma temporalidade comum, a *Erlebnis* (vivência) designa a impressão isolada, a sensação imediata e o choque assimilado sem enraizamento histórico. A tempestade do progresso produz precisamente esse deslocamento, caracterizado pelo fato de que a abundância de vivências pontuais acompanha a rarefação da experiência plena. O sujeito moderno não deixa de sentir, pelo contrário, ele sente em demasia. Embora sua vida seja atravessada por impactos constantes, esses estímulos não sedimentam experiências compartilháveis, o que justifica a fadiga, a dispersão e o desenraizamento que assolam os habitantes da metrópole.

Em resumo, o declínio da experiência se manifesta nos principais eixos da vida social. No trabalho, a fragmentação do gesto impede a formação de uma sabedoria prática transmissível pela obra; na cidade, a multidão rompe os vínculos estáveis e exige reações defensivas incessantes; na arte, o predomínio da novidade, do choque e da explicação imediata reconfigura a recepção e a fruição estética. Por fim, na esfera privada, a interioridade burguesa tenta compensar a perda do mundo comum por meio do culto aos vestígios, aos objetos e às marcas individuais. Esse conjunto de fatores engendra uma realidade na qual o sujeito já não habita o tempo como duração compartilhada, mas como mera sucessão de instantes descontínuos.

É por isso que a noção de conselho, tão importante em O narrador, quase desaparece do horizonte moderno. O conselho não constitui mandamento abstrato nem uma informação técnica, ele pressupõe que a vida ainda possa ser pensada à luz de experiências sedimentadas, de exemplos e de palavras que guardam valor além do instante em que são pronunciadas. Ao afirmar que o narrador é um homem capaz de dar conselhos, Benjamin indica que a narrativa tradicional não separa 'forma' e 'vida', pois comunica um modo de orientar-se no mundo. A

tempestade do progresso, ao substituir o conselho pelo fetiche da novidade, priva os sujeitos não apenas de histórias, mas de referências práticas para atravessar o tempo.

Também por isso a imagem do *flâneur*, cara às leituras benjaminianas de Baudelaire, merece destaque. O *flâneur* ainda procura nas ruas da cidade moderna, a Paris do Segundo Império, vestígios de uma experiência possível. Entretanto, sua própria existência testemunha a fragilidade desse intento. Ele perambula entre mercadorias, lê fachadas e observa ruínas a fim de resgatar da metrópole o que nela ainda fala, mas o faz em um espaço que claramente foi convertido em lugar de mera circulação e de esquecimento.

Constatação que também está presente em O narrador, ensaio no qual o filósofo tensiona o declínio da experiência a partir do desaparecimento da arte de contar histórias. “São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente”, escreve Benjamin (1994, p. 197), completando que essa prática está em vias de extinção. Nesse contexto, narrar não significa meramente relatar fatos, mas exercer a “[...] faculdade de intercambiar experiências” (Benjamin, 1994, p. 198), habilidade que pressupõe a sabedoria de dar conselhos e a existência de uma comunidade de vida e de linguagem.

Jeanne Marie Gagnebin (1994; 2007) resumiu com precisão as condições dessa narrativa tradicional, ressaltando que ela supõe uma experiência comum entre narrador e ouvinte, uma organização do trabalho capaz de sedimentar gestos e palavras e uma dimensão prática do saber transmitido. Quando essas condições desaparecem, o indivíduo se vê isolado, desorientado e desaconselhado. O declínio da experiência, portanto, transcende os âmbitos epistemológico ou psicológico, posto tratar-se de um problema político e social, porque diz respeito ao desaparecimento de um espaço comum de transmissão, onde a vida individual encontrava ressonância em uma história coletiva que a transcendia.

Valendo-se dessa chave interpretativa, Benjamin contrapõe a narrativa ao romance e à informação jornalística. Para ele, o romance é o gênero da solidão, visto que nasce do indivíduo isolado, “[...] que não recebe conselhos nem sabe dá-los” (Benjamin, 1994, p. 201). Já a informação vale apenas enquanto novidade: “a informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento” (Benjamin, 1994, p. 204). Diferentemente da narrativa, que se desdobra de forma contínua no tempo, a informação esgota-se no próprio instante,

formando consumidores em vez de interlocutores. Essa dinâmica instigou Olgária Matos (2002, p. 303) a salientar que, enquanto o relato tradicional pressupõe um ouvinte, a informação jornalística requer um mercado.

Outro índice do declínio da experiência descrito em *O narrador* refere-se à transformação do estatuto simbólico da morte. Para Benjamin, o moribundo era, nas sociedades tradicionais, o portador de uma autoridade particular, porque no limiar da morte sua existência se tornava transmissível: "[...] a morte é a sanção de tudo o que o narrador pode contar" (Benjamin, 1994, p. 208). Em face disso, a expulsão da morte do universo dos vivos rompe essa cena de transmissão, impossibilitando não apenas o ritual, mas também a oportunidade de converter a vida em ensinamento partilhável.

Se aproximarmos esses diagnósticos do presente, sua força se torna ainda mais evidente. A aceleração informacional, a lógica das plataformas, a circulação ininterrupta de estímulos, a precarização das experiências coletivas e a dissolução de temporalidades comuns aprofundam tendências que o filósofo já percebia em seu tempo. Viver tornou-se, para muitos, administrar impactos. Nesse cenário de atenção capturada por urgências sucessivas e narrativas comprimidas em formatos instantâneos, a memória é constantemente ameaçada pela obsolescência programada e o passado tende a ser operacionalizado sob a forma de um arquivo disponível, mas não assimilado. Maria Rita Kehl (2009) descreveu argutamente esse estado de coisas ao observar que, atualmente, parece cada vez menos possível "viver a vida sem ter de tomar para si o duro encargo de ser o guardião solitário de todo o vivido" (Kehl, 2009, p. 163). Dito de outra forma, a solidão do sujeito moderno é também a solidão de sua memória.

Entretanto, seria equivocado concluir que Benjamin compõe apenas uma elegia melancólica da experiência perdida. Mesmo ao constatar a pobreza de experiências que assola nosso tempo, ele procura pensar que espécie de tarefa crítica pode nascer desse empobrecimento. Em Experiência e pobreza, surge a figura de uma 'nova barbárie', pela qual seria possível começar de novo, construir com pouco e enfrentar a miséria do presente. Embora essa inflexão seja posteriormente relativizada, ela contém uma intuição central: não se trata de restaurar ingenuamente as formas tradicionais de experiência, mas de reconhecer o que em sua

ruína ainda pode instruir uma resistência à tempestade. É nesse ponto que as discussões benjaminianas sobre a memória passam a nos interessar mais profundamente.

4 REMINISCÊNCIA, MEMÓRIA E REMEMORAÇÃO

Se a crítica ao progresso conduz Walter Benjamin ao problema do declínio da experiência, é o tema da memória que lhe permite repensar as possibilidades de elaboração do passado. Longe de reduzi-la a um arquivo de fatos ocorridos, Benjamin concebe a memória como atividade produtiva e de mediação expressa a partir de três noções fundamentais: i) a reminiscência – aquela que funda a cadeia da transmissão; ii) a memória ligada à narrativa – aquela que preserva e atualiza a experiência comunitária (*Erfahrung*); e iii) a rememoração associada ao romance – aquela que substitui a tradição rompida pelo isolamento moderno.

Sobre a primeira, o filósofo afirma em O narrador que "[...] a reminiscência funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração" (Benjamin, 1994, p. 211). Não se trata, portanto, de um ato psicológico privado, mas do gesto por meio do qual uma história se articula à outra, mantendo-se aberta a prolongamentos, repetições e deslocamentos. Assim, a reminiscência é a condição que possibilita a tradição manter-se viva, pois não almeja conservar o passado fechado em si mesmo.

Essa concepção permite compreender por que, para Benjamin, a tradição só existe onde há trabalho de transmissão e de reinscrição do vivido. Em diálogo com o autor, Ecléa Bosi observa que o sujeito que lembra não repete uma imagem congelada no tempo e no espaço, mas "[...] evoca, dá voz, faz falar, diz de novo o conteúdo de suas vivências" (Bosi, 2003, p. 44), experimentando-as com nova intensidade. Com isso, a reminiscência evidencia-se menos como a posse de um passado e mais como o movimento pelo qual uma experiência continua a operar ao ser narrada e compartilhada.

A segunda noção é a memória em sua dimensão mais coletiva e comunitária, definida por Benjamin como a musa da narrativa. Diferentemente da rememoração romanesca, centrada no herói ou em uma vida individual, essa memória é plural, alimentando-se de múltiplos saberes e camadas de experiência. É a memória do contador de histórias, incorporada nas

figuras do camponês sedentário e do marinheiro comerciante[3]. Uma memória imbuída de forte 'dimensão utilitária', que se manifesta sob a forma de um ensinamento moral, de um conselho ou de uma norma de vida.

Essa categoria interessa particularmente às reflexões contemporâneas sobre memória social, por mostrar que a memória comum não se reduz à comemoração oficial ou à simples acumulação arquivística. A memória social existe onde o passado ainda é capaz de orientar práticas coletivas e de inscrever existências individuais em uma temporalidade mais ampla. Diante disso, abre-se espaço para compreender como, na filosofia benjaminiana, "[...] o que estrutura a verdadeira experiência (*Erfahrung*) é uma especial conjunção, na memória, entre traços do passado individual e do passado coletivo" (Gatti, 2009, p. 173).

Essa experiência, contudo, encontra-se cada vez mais condicionada à atividade da rememoração, categoria que Benjamin frequentemente vincula à recordação e à forma do romance. Embora seja central nesse gênero literário, que prioriza a unidade de uma existência e se restringe à reconstrução de um percurso individual, apartando-se, em um primeiro momento, da circulação coletiva, a rememoração assume um caráter eminentemente dialético. Longe de esgotar-se no isolamento romanesco, ela opera como o elo que permite ao sujeito reatar com a coletividade por meio de uma temporalidade crítica. É essa articulação que Gatti (2009, p. 173) sintetiza ao sugerir que:

> A experiência está condicionada à atividade de rememoração que instaura a possibilidade de que o passado individual se insira no contexto mais amplo da comunicação entre gerações sucessivas que formam a tradição. A rememoração, para estabelecer essa conjunção, necessita, por sua vez, de uma noção plena de tempo capaz de estruturar uma concepção decisiva de presente que se descubra na sua possibilidade de entrar em contato com o passado e retomar experiências que esse passado lhe transmite. Mas essa retomada só é possível caso o presente reflita sobre essa distância fundamental que o separa e o torna diferente do passado. Somente assim se pode entender a noção de atualização do passado no presente, que reelabora a experiência passada, mas não anula a diferença do presente em relação a ela. (Gatti, 2009, p. 173).

[3] Sustentada por esses arquétipos, a figura do narrador conjuga tanto saberes práticos quanto conhecimentos de tempos passados e lugares distantes. Conforme explica Pereira (2006, p. 76): "O camponês sedentário conhece como ninguém o tempo de seu lugar, suas histórias e tradições. Por nunca ter arredado o pé de sua terra, pôde o camponês cultivar a memória daqueles que o antecederam, pôde ele manter presente o tempo passado. De outro lado, o marinheiro comerciante, um nômade por excelência, é o indivíduo cujo conhecimento adveio da multiplicidade e da diversidade de mundos a que teve acesso; seu olhar tem, portanto, a amplitude que falta ao olhar do camponês – assim como este dispõe da profundidade que falta ao viajante inveterado".

É precisamente esse movimento de atualização crítica, que não anula a distância temporal, mas transfigura o vivido, que ganha contornos práticos no ensaio de Walter Benjamin sobre Proust. Para o filósofo, o decisivo na dinâmica da memória não é o acontecimento factual em si, mas "[...] o tecido de sua recordação, o trabalho de Penélope da reminiscência" (Benjamin, 1994, p. 37), uma tessitura incessante na qual a recordação opera como a trama e o esquecimento como a urdidura.

Em conjunto, essas três noções compõem um quadro interpretativo valioso para pensarmos a importância da memória social, das experiências e das tradições compartilhadas no presente. No rastro da filosofia benjaminiana, a reminiscência indica que a tradição é um referente vivo e não uma herança estática. A memória narrativa revela que o passado comum só permanece produtivo se elaborado coletivamente. Já a rememoração evita que a relação com o passado produza discursos fechados com aspirações de totalidade, uma vez que a lembrança se constitui sempre a partir do registro do inacabamento.

Benjamin sugere, ainda, que em sociedades marcadas pela aceleração, pela fetichização do novo e pela privatização das experiências, a memória social corre dois grandes riscos: dissolver-se em fragmentos desconexos da vida comum ou ser cooptada por discursos oficiais que a transformam em dispositivo de poder. Contra essas ameaças, ele defende o uso crítico do passado, mobilizando-o como uma força interpretativa do presente.

Essas proposições também são relevantes para tensionarmos o lugar da experiência no mundo atual porque, apesar do seu enfraquecimento, o filósofo compreende que as vivências podem se tornar coletivas quando encontram formas de linguagem, de escuta e de transmissão que propiciem aos sujeitos ultrapassar o isolamento privado. Para tanto, a memória social não deve ser tratada como mera soma de lembranças individuais, mas como o tecido de mediações por meio do qual uma geração pode legar algo à seguinte. Porém, onde já não há tempo para ouvir, debater e compartilhar, o passado comum empobrece. Onde a palavra circula apenas sob a forma de opinião imediata, de informações voltadas para o engajamento ou de relatos instagramáveis, a experiência não se consolida.

É precisamente por essas razões que as reflexões benjaminianas permanecem válidas para pensarmos a história, a política, a educação e a cultura. Numa época em que se

multiplicam informações distorcidas e de cunho negacionista, a defesa da narrativa, da memória e da tradição constitui-se em um lampejo que ilumina nossa capacidade de ressignificar o presente. Nesse sentido, a relevância da filosofia de Walter Benjamin não reside na restauração utópica do mundo artesanal ou camponês, mas no alerta de que a destruição dos meios de transmissão simbólica mutila tanto a nossa memória quanto a nossa capacidade de projetar o futuro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomada a partir da nona tese Sobre o conceito de história, a obra de Walter Benjamin demonstra com clareza que a crítica ao progresso, a análise do declínio da experiência e a reflexão sobre a memória pertencem a um mesmo horizonte de inquietações. A tempestade que impele o anjo da história rumo ao futuro enquanto acumula ruínas aos seus pés não é somente a imagem que sintetiza um projeto historiográfico equivocado, é o emblema de um processo civilizatório que converte destruição em avanço, aceleração em destino e esquecimento em condição de sobrevivência. Contra essa lógica, o filósofo reivindica uma escrita da história a contrapelo, atenta ao sofrimento dos vencidos e desconfiada de toda continuidade apaziguadora.

No plano da experiência, essa crítica traduz-se pela percepção de que a modernidade produz sujeitos ricos em vivências, mas pobres em experiências comunicáveis. A guerra, a técnica, a serialização do trabalho, a hegemonia da informação e a privatização da morte compõem, concomitantemente, um cenário no qual a arte de narrar se enfraquece e o intercâmbio de saberes práticos se torna rarefeito. Dessa forma, a pobreza de experiência não significa a ausência de acontecimentos, mas a incapacidade de partilhar o vivido.

Sobre a memória, ao distinguir reminiscência, memória narrativa e rememoração, Benjamin compõe um rico aparato crítico para compreender como o passado ainda pode ser atualizado sem ser convertido em mercadoria ou fetiche. A partir dessa perspectiva, fica mais evidente que a memória social não constitui um simples meio de conservação, mas um trabalho crítico de elaboração do passado. Ela exige escuta, criatividade e abertura ao inacabado. É justamente por isso que a tradição dos vencidos importa tanto ao autor: em seu projeto

filosófico, ela impede que o passado seja sepultado pelo relato triunfante dos vencedores e obriga o presente a responder por aquilo que talvez preferisse esquecer.

Diante desse cenário, em uma época marcada pela aceleração informacional, pela atomização das experiências e pelo enfraquecimento das mediações coletivas, a questão imperativa que Walter Benjamin nos coloca não é como podemos lembrar mais, mas como elaborar o passado de forma crítica. Em seus escritos, o filósofo indica que restabelecer a relevância da memória social, das tradições compartilhadas e das experiências narráveis não implica renunciar ao presente, mas resistir à forma empobrecida pela qual ele se impõe. Assim, contra a tempestade do progresso, Benjamin nos ensina a olhar para as ruínas e a reconhecer que o trabalho mais urgente da crítica – e nossa, profissionais da informação – é salvaguardar do esquecimento aquilo que a história oficial insiste em querer apagar.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 36-49. (Obras escolhidas, 1).

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 114-119. (Obras escolhidas, 1).

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221. (Obras escolhidas, 1).

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232. (Obras escolhidas, 1).

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 2. ed. São Paulo: Ateliê, 2003.

DOUEK, Sybil Safdie. **Memória e exílio**. São Paulo: Escuta, 2003. *(sem link)*

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2007. (Estudos, 142).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Walter Benjamin ou a história aberta. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 7-19. (Obras escolhidas, 1).

GATTI, Luciano. Experiência da transitoriedade: Walter Benjamin e a modernidade de Baudelaire. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 50, n. 119, p. 159-178, jun. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/kr/a/WvxXhTGJ85GcSDwF4PnFkYq/. Acesso em: 24 out. 2026.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

MATOS, Olgária Chain Féres. A narrativa: metáfora e liberdade. *In*: NOVAES, Adauto (org.). **O avesso da liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 303-317.

MATOS, Olgária Chain Féres. Aufklärung na metrópole: Paris e a Via Láctea. *In*: BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Organização de Willi Bolle. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 1123-1140.

PEREIRA, Marcelo de Andrade. **O lugar do tempo**: experiência e tradição em Walter Benjamin. 2006. 117 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/7725. Acesso em: 24 out. 2026.

ROUANET, Sérgio Paulo. Do trauma à atrofia da experiência. *In*: ROUANET, Sérgio Paulo. **Édipo e o anjo**: itinerários freudianos em Walter Benjamin. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2008. p. 44-84.